

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.392.840 - SP  
(2018/0290740-3)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**EMBARGANTE : MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND**  
**- MASP**  
**EMBARGANTE : JULIO JOSE FRANCO NEVES**  
**ADVOGADO : DANIEL SANTOS DE MELO GUIMARÃES E OUTRO(S) -**  
**SP155453**  
**EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND – MASP e OUTRO contra decisão de minha lavra, às e-STJ fls. 625/627, em que não conheci do agravo em recurso especial.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que a decisão recorrida possui omissão que deve ser suprida. Argumenta que suas considerações sobre a irrisoriedade do valor da verba honorária fixada na origem não foram objeto de apreciação (e-STJ fls. 629/634).

Transcorrido *in albis* prazo para apresentação de impugnação.

Passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, são admitidos embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão e erro material na decisão judicial.

*In casu*, não ocorreu nenhum dos vícios supracitados.

De início, cumpre registrar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que não incorre em omissão o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adota fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia, apenas não tecendo considerações sobre todas as alegações defendidas pela parte embargante.

Dos autos em análise, verifica-se que o *decisum* hostilizado não conheceu do agravo em recurso especial, porquanto a questão devolvida a esta Corte demandaria revolvimento de matéria fático probatória, qual seja, conclusão adotada pelo Tribunal de origem quanto ao princípio da causalidade ou à sucumbência recíproca, o que é objeto de óbice estampado na Súmula 7 do STJ. Ressalte-se que esse fundamento põe fim à controvérsia, não havendo falar, portanto, em omissão.

Na verdade, o que pretende a parte embargante é rediscutir a matéria submetida a exame que objetiva o rejugamento do recurso especial de forma a

# *Superior Tribunal de Justiça*

melhor atender aos seus interesses.

Quando inexistem vícios de integração, cujo saneamento não enseja a alteração da conclusão do *decisum*, o recurso integrativo não pode ser utilizado com o objetivo de reforma da decisão embargada à luz do art. 1.022 do CPC/2015.

Não se revelam admissíveis os embargos de declaração, quando a parte recorrente – a pretexto de esclarecer uma inexistente situação de obscuridade, omissão ou contradição – vem a utilizá-los com o objetivo de infringir o julgado e de, assim, viabilizar um indevido reexame da causa" (STF, RE 589513 ED-EDv-AgR-ED, Relator Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe-072).

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator